

ENCHENTES NA VENEZA BRASILEIRA E A JUSTIÇA CLIMÁTICA: EM QUE BARCO AS MULHERES NEGRAS ESTÃO?

Floods in Brazilian Venice and climate injustice: in which boat black women are?

Laura Gabriella Muniz da Silva¹
UFPE

Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega²
UFPE

DOI: <https://doi.org/10.62140/LSFN4362024>

Sumário: 1. Introdução; 2. A desigualdade na crise climática; 3. Enchentes na Veneza Brasileira: em que barco as mulheres negras estão?; 4. Mudando o barco das mulheres negras no Recife: a necessidade da perspectiva de gênero e raça no debate climático da cidade; 5. Considerações Finais.

Resumo: A crise climática contemporânea é um dos maiores desafios da humanidade, atingindo a todos, direta ou indiretamente. No entanto, apesar disso, grupos socialmente vulneráveis são mais expostos às problemáticas envolvendo o clima, gerando uma situação de injustiça climática. Nesse contexto, o presente artigo investiga a manifestação do fenômeno da injustiça climática na cidade do Recife, adotando a perspectiva de gênero e raça para averiguar se as mulheres negras são mais vulneráveis às enchentes que atingem a cidade, qual o nível dessa desigualdade e quais são os caminhos para contorná-la. Para isso, utilizar-se-á o método misto qualitativo quantitativo, aplicando as discussões teóricas sobre gênero e meio ambiente aos dados de gênero e raça das vítimas atingidas pela enchente de 2022, considerada, na região, o maior desastre climático do século. Comprovou-se que, efetivamente, as mulheres negras são as principais vítimas das enchentes no Recife, enquanto que, em paralelo, poucas ações relacionadas ao clima na cidade são desenvolvidas com enfoque nesse grupo. Tal realidade manifesta uma injustiça climática com fator gênero e raça que necessita de políticas públicas direcionadas e específicas para ser superada, além da inclusão desses indivíduos nos ambientes de debate e decisão política.

Palavras-chave: Injustiça climática; gênero; racismo ambiental.

Abstract: The contemporary climate crisis is one of humanity's greatest challenges, affecting everyone, directly or indirectly. However, despite this, socially vulnerable groups are more exposed to climate issues, generating a situation of climate injustice. In this context, this article investigates the manifestation of the phenomenon of climate injustice in the city of Recife, adopting the perspective of gender and race to find out whether black women are more vulnerable to the floods that hit the city, what is the level of this inequality and what are the the paths to get around it. To achieve this, the mixed qualitative and quantitative method will be used, applying theoretical discussions about gender and the environment to the gender and race data of the victims affected by the 2022 flood, considered, in the region, the biggest climate disaster of the century. It has been proven that, in fact, black women are the main victims of the floods in Recife, demonstrating climate injustice with gender and

¹Graduanda em Direito na UFPE, Faculdade de Direito do Recife. Pesquisadora PIBIC com bolsa PROPESQI. E-mail: lauragmuniz@hotmail.com

²Doutora em Direito na UFPE. Professora Adjunta na UFPE, Faculdade de Direito do Recife. Email: flavianne@gmail.com

race factors that requires targeted and specific public policies to be overcome.

Keywords: Climate injustice; gender; environmental racism.

1. Introdução

A cidade de Recife possui uma trajetória histórica, econômica e social diretamente relacionada com a existência dos seus corpos hídricos. Entrecortada por rios e mares, a cidade, apelidada de “Veneza Brasileira” surge no século XVI, em uma pequena faixa de areia, resguardada por um arrecife natural, que protegia seus moradores contra “a força das ondas, ventos e tempestades” (Prefeitura do Recife, 2023c). Todavia, a influência da geografia hídrica recifense não ficou restrita somente ao século XVI e muito menos aos aspectos puramente positivos. Atualmente, a Veneza Brasileira, sofre com enchentes avassaladoras que causam vítimas fatais e desabrigadas na região (Jackson, 2022), sem que nenhuma muralha natural ou arrecife seja suficiente para protegê-las.

Segundo J.A. Marengo et al. (2023, p. 2), a cidade passou por um processo de adensamento e verticalização urbana que, devido à ocupação de bancos e canalizações de rios, dificulta a drenagem municipal, causando alagamentos. Esse contexto, somado às peculiaridades geográficas da região, tornam Recife uma cidade vulnerável às chuvas intensas que tem se tornado mais frequentes em um clima aquecido pela atividade humana (J.A.Marengo et al., 2023, p.16). Como resultado, a população de Recife tem sofrido constantemente com o impacto dessas mudanças climáticas (J.A.Marengo et al., 2023, p.2). Não por outro motivo, em 2022, mais de 1 pessoas morreram em Recife e domicílios vizinhos, momento que ficou conhecido como a maior tragédia climática do século na região (Nóbrega, 2022).

Apesar disso, o dano sofrido pela população está longe de ser igualmente distribuído. Como bem aponta a pesquisadora Ana Sanches, o contexto sócio espacial de formação das cidades do litoral faz com que as populações negras, especialmente mulheres, sejam mais afetadas, em um caso evidente de injustiça e racismo ambiental (Claire, 2023). A pesquisadora ainda adiciona que dentro desse recorte existe um percentual expressivo de mães solo, que ganham consideravelmente menos dinheiro e, por isso, vivem em áreas de risco (Claire, 2023).

A secretária-executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Selma Dealdina, também ressalta que mulheres negras são mais expostas aos danos ambientais (Ferreira, 2023). Trazendo o debate para a realidade quilombolas, Dealdina pontuou que as mulheres tradicionalmente possuem maior responsabilidade familiar para cuidar dos mais velhos e crianças, além de geralmente ficarem

em casa, – enquanto os homens trabalham fora-, tornando-se mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e sendo atingidas de uma forma diferente pelo racismo ambiental (Ferreira, 2023).

Essa inscrição social e política, como visto, reverbera impactos no âmbito das mudanças climáticas e injustiça ambiental, contribuindo para que as mulheres, especialmente as negras, indígenas e quilombolas, sejam vítimas em potencial de eventos climáticos extremos. Apesar de todos os indivíduos, direta ou indiretamente, serem prejudicados com as mudanças climáticas, esse impacto não é horizontal. Definitivamente, quando falamos de enchentes na Veneza Brasileira, não “estamos todos no mesmo barco”.

Em uma cidade como Recife, que possui uma história marcada por cheias e enchentes avassaladoras, torna-se urgente pensar os desastres ambientais com a lente de gênero e também de raça. Desse modo, a presente pesquisa busca investigar se realmente as mulheres negras são as principais vítimas das enchentes na cidade e, caso esta hipótese se confirme, quais são os possíveis caminhos de serem trilhados para resolver tal problemática.

É importante pontuar que, por mais que a hipótese possa parecer intuitiva no contexto do debate acadêmico sobre justiça climática e racismo ambiental, apenas 24% da população brasileira sabe ou já ouviu falar sobre racismo ambiental e apenas 14% indicam o racismo ambiental como razão para desastres ambientais como alagamentos e enchentes, segundo dados da pesquisa *Percepções Sobre o Racismo no Brasil* (PEREGUM, 2023, p.39). É urgente, assim, averiguar a amplitude numérica desse “impacto desproporcional” sofrido pelas mulheres negras e fazer com que esse debate transponha o âmbito acadêmico e alcance a sociedade como um todo.

Assim, para averiguar essa amplitude, inclusive de modo numérico, utilizar-se-á, o método misto (qualitativo e quantitativo), de modo inovador, visto que uma porcentagem expressiva dos estudos realizados no tema racismo ambiental e injustiça climática, focam apenas na discussão teórica. Como será visto de modo mais detalhado no tópico sobre metodologia, o método qualitativo-quantitativo aperfeiçoa e dá subsistência a esse debate teórico presente no estado da arte contemporâneo e aproximar as discussões acadêmicas do contexto recifense.

2 A desigualdade na Crise Climática

Estamos vivendo em uma nova era geológica da Terra, que recebeu o nome de Antropoceno e tem sido marcada pela acidificação dos solos e das águas, poluição dos rios,

lagos e oceanos, redução da água potável e outros efeitos extremamente danosos das mudanças climáticas (Alves, 2020). Apesar de todos estarem sujeitos aos impactos danosos dessa “nova era”, a distribuição dos danos ambientais está longe de ser igualitária.

Nesse sentido, Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer, citando dados do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) ensinam que “apesar dos países pobres contribuírem de forma pouco significativa para o aquecimento global, são eles que mais sofrerão os resultados imediatos das mudanças climáticas” (2021, p. 212). Do mesmo modo, dentro das fronteiras do Estado, “enquanto algumas pessoas dispõem de alto padrão de consumo e, portanto, são grandes poluidoras, outras tantas muito pouco ou nada consomem, e é sobre estas que o ônus social e ambiental recai” (2021, p. 213).

Consequentemente, as pessoas em maior grau de vulnerabilidade estão mais expostas aos impactos ambientais, justamente por não terem acesso pleno aos seus direitos sociais básicos, como moradia adequada, saúde básica, segurança, alimentação de qualidade, educação, dentre outros (Sarlet; Fensterseifer, 2021, p.213).

Os efeitos negativos da degradação ambiental agravam ainda mais as vulnerabilidades sociais, submetendo as pessoas social e economicamente vulneráveis “a um quadro de ainda maior indignidade”, de modo que ignorar “a feição socioambiental que se incorpora hoje aos problemas ecológicos potencializa ainda mais a exclusão e a marginalização social (tão alarmantes no contexto brasileiro) (Sarlet; Fensterseifer, 2021, p. 213). À desigualdade social no âmbito dos danos ambientais, deu-se o nome de “injustiça climática”.

Essa injustiça climática também está presente quando falamos nas pessoas que tiveram seus direitos violados em contexto de enchentes. Nesse sentido, Milanez e Fonseca (2010, p. 97), evidenciam que, dentre as centenas de pessoas que morrem em decorrência desse desastre ambiental, a maioria das vítimas são “grupos vulneráveis que habitavam áreas de risco e cujo padrão de consumo contribui de forma muito limitada para o aumento da concentração de GEES (Gases de Efeito Estufa) na atmosfera”, e, mesmo com esse quadro caracterizando situações de injustiça climática, “o discurso pouco foi associado a esses eventos”.

No Brasil, esses grupos vulneráveis incluem “além de negros e negras, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, pantaneiros, geraizeiros, caiçaras, ciganos, quilombolas, moradores de favelas e encostas, mulheres, mães solas e jovens” (Dutra, 2023, p.89). Trazendo esse debate para a cidade do Recife, observa-se que a injustiça climática também é paralela à alarmante desigualdade de gênero, potencializando

ainda mais a vulnerabilidade das mulheres. Isso porque a cidade concentra grandes problemas em ambos os temas: tanto na superação da desigualdade de gênero, quanto no enfrentamento dos desastres ambientais. Segundo dados do IDSC-BR, “índice que mostra o progresso e as fragilidades de 770 municípios brasileiros em direção à Agenda 2030”, a desigualdade de gênero está entre os “maiores entraves do Recife para cumprir a agenda 2030” (Gomes, 2021). Paralelamente, a respeito dos desastres ambientais, tem-se uma história municipal marcada por enchentes devastadoras, como a de 1966, com ao menos 175 mortos, e a de 1975, em que 80% do território habitado ficou de baixo d’água e 107 pessoas morreram (Nóbrega, 2022).

Todavia, o motivo pelo qual essas enchentes (1966/1975) causaram consequências tão trágicas difere do motivo pelo qual as enchentes contemporâneas geram mortes e desabrigados. Segundo o pesquisador Osvaldo Girão, em 1966 e 1977, a população recifense habitava, majoritariamente, áreas de planície, resultando em muitas mortes por afogamento (Nóbrega, 2022). Atualmente, as mortes são causadas principalmente por deslizamentos (Nóbrega, 2022), visto que “a maior parte da forte precipitação caiu sobre áreas com vulnerabilidade geológica média a muito alta a deslizamentos de terra e eventos hidrológicos extremos” (Cemaden, 2022).

Essas áreas que, não coincidentemente, são ocupadas por uma porcentagem expressiva de mulheres negras em situação de vulnerabilidade. Tal problema, que surge em decorrência de um projeto pós-abolicionistas que negou o espaço urbano para as pessoas escravizadas, se mantém na contemporaneidade, com a transferência das populações pobres da planície para áreas de morro (Santana, 2019, p. 3766).

Tendo como exemplo, é possível observar a relação entre bairros que estampam os jornais de grande circulação da cidade-com notícias de tragédias por enchentes/deslizamentos- e a porcentagem alta de mulheres responsáveis por domicílios na mesma localidade. Segundo dados do CENSO Demográfico de 2010, no bairro da Linha do Tiro, onde moradores convivem com medo de deslizamento de barreiras (Sampaio, 2019), 52,88% da população é feminina, 70,37 da população é preta ou parda e a proporção de mulheres responsável pelo domicílio é de 50,04% (Prefeitura Recife, 2023a).

O próprio Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (2022, p.12) alertou sobre como o fator gênero e raça merece destaque no tema desastre ambiental. Segundo o relatório, entre 2010 e 2020, a mortalidade humana em decorrência de enchentes, secas e tempestades foi 15 vezes maior em regiões vulneráveis, em comparação com regiões pouco vulneráveis. Ainda segundo o relatório, essa vulnerabilidade se manifesta em diferentes

níveis e é potencializada pela desigualdade, marginalização ligada ao gênero, etnia, baixo rendimento ou mesmo combinações desses fatores. Consequentemente, o contexto da mulher negra a torna duplamente vulnerável.

Se, por um lado, a “causa” dos problemas relacionados com enchentes no Recife tem apresentado variações com o passar do tempo, como pontuou o professor Osvaldo Girão, a “causa” para os problemas relativos à desigualdade de gênero é relativamente estável. Partindo das críticas feministas à exploração do trabalho das mulheres, é possível identificar a base para tal vulnerabilidade feminina: a chamada “divisão sexual do trabalho” (Malerba, ano, p. 18). Historicamente, a ordem capitalista tem direcionado as mulheres para uma esfera reprodutiva, focada na realização de trabalhos domésticos e de cuidado, enquanto que atribui ao homem uma esfera produtiva, de forte valor social (Malerba, ano, p. 18). Os estudos desenvolvidos por Marília Silva, citando os trabalhos desenvolvidos pela ambientalista Dankelman, também convergem nesse sentido: para Silva, o impacto ambiental desproporcional sentido pelas mulheres está diretamente relacionado com o papel produtivo e reprodutivo desempenhado por elas (2022, p. 26).

Essa divisão do trabalho, que relaciona a mulher com atividades de pouco valor social e o homem a tarefas consideradas de prestígio, não foi suprimida como ingresso da mulher no mercado de trabalho. Como bem evidencia Sousa e Guedes (2016, p. 124) as desvantagens vividas pelas mulheres permanecem, visto que, além de atualmente compartilharem com os homens, a provisão financeira da família, ainda são responsáveis pela esfera reprodutiva que nem sempre é compartilhada.

Unindo tais fatores à questão racial, o abismo fica ainda maior, visto que, como bem ressaltou a professora e pesquisadora feminista Lélia Gonzalez (2020, p. 175), “os efeitos da desigualdade racial são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual”. Isso porque, enquanto o movimento feminista tem suas raízes históricas “mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc.” (Gonzalez, 2020, p. 175), o longo “processo de marginalização do povo negro, imposto pelas práticas discriminatórias de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, relegou-nos à condição de setor mais oprimido e explorado da população brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 174).

Para Grada Kilomba, essa noção de poder econômico, juntamente como poder histórico, político e social, faz parte inclusive da própria definição do racismo. O racismo que perpassa a mulher negra “inclui a dimensão do poder” “e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados” (Kilomba, 2019, p. 76).

Dessa maneira, ao “ser negra e mulher no Brasil” acaba por ser também “objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (Gonzalez, 2020, p. 175).

Essa tripla discriminação também deve ser levada em consideração nas discussões envolvendo desastres ambientais, sobretudo porque são as mulheres negras, periféricas, que “são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas” justamente “por estarem muito expostas às relações desiguais de raça, etnia, gênero e classe social” (Werneck, 2023, p. 4). Na Veneza Brasileira, a tempestade pode ser a mesma, mas, definitivamente, não estamos todos no mesmo barco. É imprescindível, assim, buscar entender “qual o barco” que as mulheres negras estão, quando se fala de enchentes no Recife, para posteriormente repensar as estratégias da pauta climática da cidade.

2. Enchentes na Veneza Brasileira: em que barco as mulheres negras estão?

O inverno de 2022 foi marcado por uma série de tragédias na Veneza Brasileira. Segundo dados do Governo de Pernambuco, mais de 128 pessoas morreram, enquanto que 119.523 ficaram desalojados e 9.134 desabrigados, totalizando 128.657 pessoas que precisaram abandonar as casas (G1PE, 2022). Quem são essas pessoas que experimentaram uma das faces mais danosas de morar na Veneza Brasileira? Esse dano ambiental está igualmente distribuído entre todos e todas? Ou será que, como visto no tópico anterior, além de enfrentarem maiores desafios no trabalho, na segurança pública e na saúde, as mulheres, especialmente as negras, também estão mais vulneráveis aos danos ambientais? Afinal, em que barco as mulheres negras estão, quando falamos de enchentes na Veneza Brasileira³?

Quando analisamos as vítimas fatais em Pernambuco, observa-se que, oficialmente, 130 pessoas morreram em decorrência das fortes chuvas em 2022, em toda Região Metropolitana do Recife. Dessas 130 pessoas, as mulheres são maioria das vítimas (72, nototal) e o soterramento lidera causa de mortes (Aguilar, 2022). Recife foi o segundo município com mais mortes, onde 50 pessoas perderam a vida, ficando atrás apenas de Jaboatão dos

³Nos ensinamentos do estudioso caribenho Malcom Ferdinand é possível depreender que o barco das mulheres negras não seria muito diferente daqueles navios responsáveis pelo tráfico transatlântico de escravizados. Isso porque, para o autor, na sua célebre obra “Uma Ecologia Decolonial”, não só as mulheres pretas, como também os homens e as crianças pretas vivem na chamada “política do porão” (p. 70, 2022). Apresentando as interseções entre a escravidão, o ocupar colonial na terra e a ecologia, o Ferdinand pontua que os porões dos Navios Negreiros inauguraram uma relação escravagista que não teve fim com a saída física desses grupos dos porões, visto que se perpetua até os dias atuais: “os prisioneiros do navio negreiro e os escravizados das plantations encontram-se ligados nesse mesmo porão do mundo” (p. 72, 2022).

Guararapes, onde 64 pessoas morreram (Aguiar,2022).O levantamento foi compartilhado pela Secretaria de Defesa Social (SDS) e elaborado pela Gerência de Análise Criminal e Estatística (Gace) (Aguiar, 2022). Apesar das informações divulgarem nome, gênero, bairro e município das vítimas fatais, não houve apuração do perfil racial dessas pessoas.

Esses impactos causam traumas que perpassam gerações. Elivaneide Nunes, mãe que perdeu seu filho em decorrência chuvas e deslizamentos de terra em 2022, afirma que tem “até vergonha de falar isso, porque parece muito dramático, mas é a realidade” e que, com 40 anos de idade, “tem medo da chuva” (Ebrahim;Carneiro, 2023). Enquanto isso, Fabiana,mãe,dona de casa e vendedora de lanches, também afirmou que o barulho da chuva “virou motivo de ansiedade, enjoo e ânsia de vômito” e não conseguiu apoio psicossocial por parte do poder público depois da tragédia (Ebrahim;Carneiro,2023). Infelizmente, elas não são casos isolados.

A respeito das vítimas não fatais, foi possível identificar não só o gênero, mas também o perfil racial das mulheres, por meio da utilização dos dados do AME, Auxílio Municipal e Estadual. O AME foi criado para ajudar as vítimas das enchentes de 2022, que estão vivendo em áreas de risco e pontos de alagamento mais atingidos pelas chuvas, mapeados pela Defesa Civil da cidade (Prefeitura do Recife, 2023a). A Prefeitura do Recife realizou mutirões de cadastramento dessas pessoas e disponibilizou os nomes dos beneficiados no Portal da Transparência. Essas informações possibilitaram um espaço amostral significativo das pessoas sobreviventes que foram atingidas pelo desastre ambiental.

Como o gênero e perfil racial não estavam nos dados disponibilizados expressamente no portal da transparência do Recife, mas foram coletados no cadastramento, essa informação foi solicitada por meio de um “Pedido de Acesso à Informação –PAI”, direcionado ao Portal da Transparência da Prefeitura do Recife). Para melhor visualização dos dados, as informações obtidas foram organizadas no seguinte quadro:

Quadro1 –perfil dos beneficiados do auxílio AME

Beneficiados são do sexo feminino:	75,52%(setenta e cinco,vírgula cinquenta e Dois por cento)
Quanto a identificação racial:	- 65,96%se declararam Pardo; - 18,81%se declararam Branco; - 12,32%se declararam Preto; - 0,6%se declararam Amarelo; - 0,08%se declararam Indígena; - 0,02% não declararam.

Fonte:as autoras,com base nos dados fornecidos pela Prefeitura do Recife.

Percebe-se que a maioria expressiva é do sexo feminino, 75,52%, e, no perfil racial, 78,28% são Pretos ou Pardos. Não foi fornecido, ao menos na solicitação formal que foi realizada, a informação de quantos beneficiados são mulher. E se declararam como pretas ou pardas, no entanto, observa-se que ambos os perfis (mulheres e pessoas negras) são realmente maioria nos dados coletados, de modo que, efetivamente, a injustiça climática na Veneza Brasileira tem cor e gênero. Como bem expõe a pesquisadora Marília Silva, “a mudança do clima não é neutra em termos de gênero, região, raça e classe” (2022, p.26). Não estamos todos no mesmo barco.

Mesmo que o escopo do presente artigo seja analisar a questão das mulheres negras, é importante tecer comentários, também, sobre a questão das mulheres indígenas, sobretudo frente ao baixo percentual de pessoas beneficiadas pelo AME que se declararam como indígenas (menos de 1%). Esse dado deve ser interpretado criticamente, visto que existe um violento processo de apagamento das vivências indígenas, sobretudo em contexto urbano, onde essas pessoas são constantemente interpretadas como “pardos” (Mendes, 2021). Em um estado como Pernambuco, que possui a quarta maior população de povos originários do país, segundo dados do Atlas Indígena (G1, 2023), é preciso interpretar social e historicamente as estatísticas de baixo percentual indígena nas vítimas de enchentes e incluir também as mulheres indígenas no debate da injustiça climática.

3. Mudando o barco das mulheres negras no Recife: A necessidade da perspectiva de gênero e raça no debate climático da cidade

Para alterar essa realidade de injustiça ambiental e, finalmente, “mudar o barco das mulheres negras no Recife” urge pensar em políticas públicas que sejam sensíveis às interferências do fator gênero e raça no âmbito dos desastres ambientais. É preciso que as pessoas com mais vulnerabilidades estejam no centro de debate, mas não somente, é preciso que elas façam parte e contribuam com o debate.

Essa necessidade já vem sendo exposta inclusive em conferências internacionais sobre o clima, como é o caso da COP (Conferência das Partes) que, desde 2000, na COP5, Quênia, reconheceu formalmente o papel fundamental “desempenhado pelas mulheres e suas organizações na conservação e utilização sustentável da diversidade biológica” (Cureau; Soares; 2023). Nas conferências subsequentes, a questão continuou: “na COP26 (2021, Escócia), foi destacado que gênero e clima estão profundamente interligados e ressaltado que o impacto da mudança climática afeta as mulheres e meninas de forma desproporcional”

enquanto que na COP27 (2022,Egito), “o debate foi sobre como ampliar a conscientização sobre o papel de liderança que as mulheres podem desempenhar nas ações para proteção ambiental e justiça climática” (Cureau; Soares; 2023)

Nesse mesmo sentido, o IPCC pontua que as vulnerabilidades e os riscos climáticos são reduzidos por meio de leis, políticas e intervenções que abordam desigualdades específicas do contexto, tais como as baseadas em gênero, etnia, localização e renda (IPCC, 2022, p.28). Ademais, também ressaltou que abordagens, que incluem plataformas de colaborações transfronteiriças, com foco na capacitação e participação significativa dos grupos mais vulneráveis e marginalizados são de extrema relevância para combater a injustiça climática (IPCC, 2022, p.28).

A realidade de Recife, nem sempre converge com tais recomendações. Em 2023, a “Veneza Brasileira” firmou um acordo para virar “cidade irmã” da Veneza italiana, objetivando a integração e o intercâmbio de informações sobre o enfrentamento às mudanças climáticas e infraestrutura para contenção do aumento do nível do mar e de drenagem (Folha de Pernambuco, 2023). Todavia, até o momento, esse acordo de cooperação não contou com a participação dos grupos vulneráveis, como recomenda o IPCC.

Ações de combate às mudanças climáticas que não são inclusivas contribuem para que o universo ativista das mudanças climáticas seja constantemente atrelado a um local carregado de racismo e de exclusão (Louback; Borges, 2023, p.109). Na verdade, como dito, as próprias conferências internacionais sobre clima recomendam a inclusão de mulheres negras e representantes de grupos vulneráveis no centro do debate climático, que acabam sendo palco para reprodução de uma ecologia hegemônica e colonial.

Como os autores Andréia Louback e Pedro Borges ressaltam, durante a realização da COP25 “foi relatada imensa dificuldade” “em encontrar fontes negras, indígenas ou de comunidades tradicionais para conceder entrevistas sobre os assuntos e trazer outro ponto de vista que não fosse hegemônico, patriarcal e excessivamente técnico, acadêmico” (Louback; Borges, 2023, p. 109). No Fórum Econômico Mundial, em Davos, uma ativista de Uganda foi cortada de uma foto divulgada pela Associated Press, enquanto que deixou quatro ativistas brancos (Louback; Borges, 2023, p. 110). Há um paradoxo latente.

Paralelamente, o próprio tema “ambientalismo” é visto com desconfiança por parte da população mais vulnerável, de modo que “as lutas ecologistas seriam, senão uma utopia branca, no mínimo pouco importantes diante da imensa tarefa de uma conquista dignidades” por parte desses grupos (Ferdinand, 2022, p.31). Na prática, a discussão sobre gênero e raça

são afastadas do tema mudança climática, sob o argumento de que o tema envolve “muitas consequências para todos” (Louback; Borges, 2023, p. 110).

É preciso, assim, incluir a perspectiva de gênero e raça nas pesquisas e ações que envolvem meio ambiente. Para a filósofa Sueli Carneiro (2020,p.2) as distorções geradas pelo mito da democracia racial – de que no Brasil há uma só raça – contribuem, inclusive, para um “contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade”.

Quando falamos de zoonoses e outras doenças relacionadas com questões ambientais e urbanas, uma anamnese médica que inclua gênero e raça possibilita investimento em saúde pública direcionado e eficaz para o público mais atingido. Todas as ações, seja de habitação, saúde, infraestrutura ou lazer, para serem efetivamente bem-sucedidas, devem estar atentas à questão da injustiça climática e racismo ambiental.

Apesar de tais desafios, a inclusão da mulher no debate político recifense tem apresentado alguns avanços. Pela primeira vez na história do município, uma mulher ocupa o cargo de vice-prefeita(Prefeitura do Recife,2023 a),enquanto que Recife se tornou a“primeira capital a ter metade do secretariado composto por mulheres”, comum secretariado “composto por 9 mulheres e 9 homens”(Silva, 2021). A inclusão racial, todavia,não avançou tanto,visto que “apenas um secretário entre os 18 da nova gestão municipal recifense é uma pessoa negra” (Silva, 2021).

Outra iniciativa importante envolvendo a pauta de gênero e meio ambiente foi a construção de uma usina solar foto voltaicano Hospital da Mulher, emparceira como ICLEI, Governos Locais pela Sustentabilidade, com a Prefeitura (Prefeitura do Recife, 2021), e as inúmeras ações de inverno que estão sendo realizadas preventivamente nas áreas de risco da cidade (Machado, 2022). No entanto, poucas vezes os termos mulher, gênero ou sexo feminino são incluídos no Plano Local de Ação Climática do Recife (Silva, 2022, p.69), demonstrando que ainda há muito espaço para avanço e promoção da justiça climática na cidade.

É preciso, assim, aproximar a pauta de gênero e raça do debate climático, ampliar as ações positivas e promover políticas públicas específicas para o grupos ocial “mulheres negras”, que também deve ser estender às mulheres quilombolas e indígenas.Apautada justiça climática também deve ser prioridade. Só assim “o barco das mulheres negras”, será modificado.

4. Considerações Finais

A degradação ambiental, o consumo desenfreado e o extermínio dos povos e

comunidades tradicionais são apenas alguns dos fatores que estão por trás da emergente crise climática que se desenvolve ao redor do mundo. A natureza, vista e simbolizada como uma “mulher”, “mãe natureza”, é enxergada como domínio a ser conquistado, dominado e repudiado (Garcia, 2009, p.12). “Embora sejam dois suportes dos quais os homens dependem, mulher e natureza tornaram-se “coisa” a ser dominada através da coerção” (Garcia, 2009, p.12).

As consequências de tais ações são graves e já fazem parte do dia a dia da humanidade, que passa a conviver com desastres como enchentes, queimadas e ondas de calor. A estrutura social desigual, que coloca grupos em contextos de vulnerabilidade, faz com que mulheres negras, indígenas e quilombolas sofram tais impactos de modo desproporcional, mesmo não sendo as principais responsáveis pela degradação ambiental.

Consequentemente, o debate de gênero e raça não pode ser separado do debate ambiental. As interseções entre o racismo, sexismo e meio ambiente são urgentes e transcendem inclusive a pauta da justiça climática. Como pontuou Angela Davis, no prefácio do livro “Uma Ecologia Decolonial”, “o racismo não adentra o cenário simplesmente como fator determinante da maneira como os perigos ambientais são vividos de forma desigual” ... “ele cria as próprias condições de possibilidade de ataques contínuo ao meio ambiente” (2022, p. 13). Em cidades como Recife, como analisado, essa problemática é ainda mais urgente e demanda múltiplas ações de enfrentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGUIAR, Priscilla. Mulheres são maioria das vítimas dos temporais e soterramentos lideram causas de mortes; veja áreas onde ocorreram 130 óbitos. G1, 10 jun. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2022/06/10/mulheres-sao-maioria-das-vitimas-dos-temporais-e-soterramentos-lideram-causas-de-mortes-veja-areas-onde-ocorreram-129-obitos.ghtml>>. Acesso em: 01 dez. 2023.
- ALVES, Pedro. Veja quem são os 133 mortos pela tragédia das chuvas em Pernambuco. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2022/05/28/veja-quem-sao-os-mortos-em-deslizamentos-de-barreiras-causados-pelas-chuvas-no-grande-recife.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BEAUVOIR, Simone de. Segundo Sexo, Vol. 2: A Experiência Viva, Difusão Européia do Livro, 1967.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero. Disponível em: <<https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2023.
- CUREAU, Sandra; SOARES, Inês Virgínia Prado. O cotidiano das mulheres e a (in)justiça ambiental. Conjur, 2023. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-abr-26/cureau-soares-cotidiano-mulheres-injustica-ambiental/>>. Acesso em: 23 out. 2023.
- DAVIS, Ângela. Prefácio. In: FERDINAND, MALCOM. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

- DUTRA, Andressa. Racismo Ambiental: justiça Climática é justiça Racial. In: BELMONT, Mariana (org.). Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Oralituras Editora, 2023. p. 87–92.
- EBRAHIM, Raíssa; CARNEIRO, Giovanna. Sou uma mulher de 40 anos que tem medo da chuva. Marco Zero, 06 jun. 2023. Disponível em: <<https://marcozero.org/sou-uma-mulher-de-40-anos-que-tem-medo-da-chuva/>>. Acesso em: 01 dez. 2023.
- FEMENIAS, María Luisa. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. Sapere Aude, v. 3, n. 6, p. 310-339, 3 jan. 2013.
- FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FERREIRA, Luiz Cláudio. Mulheres negras são mais expostas ao racismo ambiental, diz quilombola. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/mulheres-negras-sao-mais-expostas-ao-racismo-ambiental-diz-quilombola>>. Acesso em: 12 out. 2023.
- Recife vai se tornar cidade-irmã de Veneza; foco serão obras para conter avanço do nível do mar. Folha de Pernambuco, 29 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/recife-vai-se-tornar-cidade-irma-de-veneza-foco-sera-em-obras-para/304119/>>. Acesso em: 01 dez 2023.
- GARCIA, Loreley. A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. Gaia Scientia, [S. l.], v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/3338>>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- G1 PE. Pernambuco tem mais de 128 mil desalojados ou desabrigados após mais de duas semanas de chuvas. G1, 2022. Acesso em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/07/pernambuco-desalojados-ou-desabrigados-apos-mais-de-duas-semanas-de-chuvas.ghtml>>. Disponível em: 10 out. 2023.
- G1 PE. Pernambuco tem quarta maior população de povos originários do país, diz atlas que traça perfil de indígenas. G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/01/27/atlas-virtual-traca-perfil-de-indigenas-de-pernambuco-estado-tem-4a-maior-populacao-de-povos-originais-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- IPCC-PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA DA ONU. Mudança Climática 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. ONU, 2022. Disponível em: <https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.
- JACKSON, Patrick. Rain storm claims 100 lives in north-east Brazil. BBC, 31 maio 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-61647690>>. Acesso em: 20 out. 2023.
- KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOUBACK, Andréia Coutinho; BORGES, Pedro. Comunicação das Mudanças Climáticas: disputa de narrativas. In: BELMONT, Mariana (org.). Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Oralituras Editora, 2023. p. 107-116.
- MACHADO, Laura. Ação Inverno 2022 no Recife tem investimento 50% maior em relação ao ano passado. Folha PE, Recife, 10 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/acao-inverno-2022-no-recife-tem-investimento-50-maior-em-relacao-ao/218816/>>. Acesso em: 10 out. 2023.
- MARENGO, José et al. Flash floods and landslides in the city of Recife, Northeast Brazil after heavy rain on May 25–28, 2022: Causes, impacts, and disaster preparedness. Weather and Climate Extremes, Volume 39, p. 1-17, março, 2023. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212094722001244?via%3Dihub>>.

Acesso em: 18 de out. de 2023.

MENDES, Karla. Pardo não, indígena: Mobilização incentivada autodeclaração no Censo de 2022. UOL Notícias, Rio de Janeiro, 7 ago. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/07/07/pardo-nao-indigena-mobilizacao-incentivada-autodeclaracao-no-censo-de-2022.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

NÓBREGA, Fábio. Maior tragédia do século em Pernambuco, mortes pelas chuvas de 2022 superam total da cheia de 1975. FOLHA PE, Recife, 2 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/maior-tragedia-do-seculo-em-pernambuco-mortes-pelas-chuvas-de-2022/228963/>>. Acesso em: 17 de out. de 2023.

O que é racismo ambiental e por que mulheres negras são suas principais vítimas. Redação Marie Claire, 23 fev. 2023. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/um-so-planeta/noticia/2023/02/o-que-e-racismo-ambiental-e-por-que-mulheres-negras-sao-suas-principais-vitimas.ghtml>>. Acesso em: 17 de out. de 2023.

PEREGUM - Instituto de Referência Negra. Sumário Executivo Da Pesquisa. Disponível em: <<https://percepcaosobreracismo.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. Auxílio Municipal e Estadual (AME). Prefeitura do Recife, 2023a. Disponível em: <<https://conectalps.recife.pe.gov.br/ame-municipal-estadual/>>.

Prefeitura do Recife. Gabinete da Vice-Prefeita. Prefeitura do Recife, 2023a. Disponível em: <[https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/gabinete-da-vice-prefeita#:~:text=Isabella%20de%20Rold%C3%A3o%20\(PD'T\)%20%C3%A9,a%20Jo%C3%A3o%20Campos%20\(PSB\)](https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/gabinete-da-vice-prefeita#:~:text=Isabella%20de%20Rold%C3%A3o%20(PD'T)%20%C3%A9,a%20Jo%C3%A3o%20Campos%20(PSB))>. Acesso em: 10 out. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. Histórico Do Bairro Do Recife. Prefeitura do Recife, 2023b. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/bairrodorecife/tx4.htm#:~:text=O%20nome%20RECIFE%20vem%20da,das%20ondas%2C%20ventos%20e%20tempestades>>.

Acesso em: 20 out. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. Hospital da Mulher do Recife inova em sustentabilidade com nova usina de energia solar. Prefeitura do Recife, 2021. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/08/2021/hospital-da-mulher-do-recife-inova-em-sustentabilidade-com-nova-usina-de-energia>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. Linha do Tiro. Recife, 2023c. Disponível em: <<https://www2.recife.pe.gov.br/servico/linha-do-tiro?op=NTI4Mg>>. Acesso em: 10 de out. 2023.

SANCHES, Ana; BELMONT, Mariana. Racismo Ambiental como uma violência colonial: Um enfrentamento urgente e coletivo!. Diálogos Socioambientais, [S.l.], v. 6, n. 17, p. 06–08, 2023. Disponível em:

<<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/923>>.

Acesso em: 8 nov. 2023.

SANTANA, John Kennedy. Análise Evolutiva Da Ocupação Dos Morros Da Cidade Do Recife. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16, 2019, Espírito Santo. Anais. Espírito Santo: Editora Milfontes, 2019, p. 3754-3768.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

SILVA, Marília Bonfim. A Inserção Da Lente De Gênero Na Paradiplomacia Da Prefeitura Do Recife Na Governança Global Climática: Uma Abordagem Em Construção. Orientadora: Thaís Ribeiro. 2022. 92 páginas. Dissertação-Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SILVA, Vitória Régia. Recife é a primeira capital a ter metade do secretariado composto por mulheres. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-secretarias-recife/>>. Acesso em: 5 nov. 2023.